



**DETERMINANTES DO GASTO PÚBLICO COM SAÚDE DAS
CIDADES SUL MATO-GROSSENSES SOB A PERSPECTIVA DO
TEOREMA DO ELEITOR MEDIANO**

**DETERMINANTS OF PUBLIC SPENDING ON HEALTH IN MATO GROSSO DO
SUL CITIES FROM THE PERSPECTIVE OF THE MEDIAN VOTER THEOREM**

EDICREIA ANDRADE DOS SANTOS

Universidade Federal do Paraná
Email: edicreiaandrade@yahoo.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8745-3579>

JONATAS DUTRA SALLABERRY

Universidade Federal de Santa Catarina
Email: jonatas.sallaberry@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7492-727X>

PEDRO HENRIQUE DA SILVA MELO PEREIRA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Email: pedrohsilvamp@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1443-7225>

WESLEY OCAMPOS MACEDO FERREIRA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Email: wesley.ocampos@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4269-4659>

FLÁVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Email: flavinha_contabeis@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6464-3991>

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre os fatores socioeconômicos, demográficos e sociopolíticos, e o gasto público em saúde das cidades sul mato-grossenses. A amostra da pesquisa é composta pelos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados foram coletados no período de 2010 a 2018, tendo como variáveis independentes os anos eleitorais, a população e produto interno bruto (PIB) local; e como dependente o gasto público municipal em saúde. Os dados foram analisados com a técnica de modelagem de dados em painel. Dentre os resultados, observa-se que o ano eleitoral geral, o ano eleitoral municipal, a população e o PIB foram estatisticamente significantes. Assim, destaca-se que a oferta da cesta de gasto público em saúde pode contribuir para influenciar os atos de gestão em momento de candidatura à reeleição dos candidatos, considerando a demanda do eleitor mediano.

Palavras-Chave: Gastos Públicos; Saúde; Teorema do eleitor mediano.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between socioeconomic, demographic and sociopolitical factors, and public spending on health in cities in the south of Mato Grosso. The research sample is composed of 79 municipalities in the state of Mato Grosso do Sul, from 2010 to 2018, and had election years, population and local gross domestic product as independent variables; and as dependent the municipal public spending on health. Data were analyzed using the panel data modeling technique. Among the results, it is observed that the general election year, the municipal election year, population and gross domestic product were statistically significant. Thus, it is highlighted that the offer of the basket of public spending on health can contribute to influencing management acts when candidates are running for re-election, considering the demand of the average voter.

Keywords: Public spending; Health; Median Voter Theorem.

1 Introdução

Pesquisas a respeito dos gastos públicos são recorrentes na literatura (ROCHA; GIUBERTI, 2007; BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015; QUEIROZ *et al.*, 2015; PORTU-LHAK; RAFFAELLI; SCARPIN, 2018), dado o impacto da aplicação desses gastos na população em geral. Uma das correntes da literatura advoga que o Estado é o responsável por executar os recursos para que o bem-estar coletivo seja ampliado, mas tal conceito é refutado por teorias que mensuram a gestão pública pela dinâmica do indivíduo, pois em determinado período se tornam gestores temporários e recebem suas avaliações por meio de eleições (QUEIROZ *et al.*, 2015). Sob esta ótica, percebe-se a importância de compreender os determinantes do emprego de recursos públicos utilizados.

Ainda nesta linha, pode-se considerar que os gastos públicos são influenciados por fatores socioeconômicos, demográficos e sociopolíticos (DYE, 1966; VEIGA; VEIGA, 2007; RODRIGUES, 2010). Dye (1966) explicitou a importância destes fatores socioeconômicos, Rodrigues (2010) expôs a influência dos fatores demográficos sob a forma de que os gastos públicos são aplicados, enquanto Veiga e Veiga (2007) evidenciaram a influência que os fatores sociopolíticos têm nos gastos públicos.

Uma perspectiva para se estudar estas relações é sob a abordagem dos gastos municipais, uma vez que é no município que as pessoas exercem sua cidadania de forma mais efetiva. Encontra-se nos municípios maiores possibilidades de participação e influência na decisão quanto aos dispêndios do governo e maior observância da influência que os fatores socioeconômicos, demográficos e sociopolíticos exercem em tais gastos (BARCELOS, 2007).

No âmbito municipal é que os gastos públicos são executados, com a finalidade de atender às necessidades das populações locais e, a eficiência de como isto é realizado deve ser de grande interesse da população. Nestes casos, o consumo interno municipal é um indicador do consumo privado que incrementa a importância de se utilizar do PIB *per capita* (MARINHO; JORGE NETO, 1999).

A relação da renda *per capita* dos municípios com os gastos públicos reafirma o peso que o setor público exerce nas economias individuais. Sobre isso, as unidades municipais menos favorecidas se tornam dependentes dos gastos públicos para suas atividades econômicas principais, enquanto nos municípios mais ricos o peso do investimento público é diminuto ou quase indiferente (MARINHO; JORGE NETO, 1999).

Nesta situação, é permitido analisar que o desenvolvimento do município é importante para constatação de como ele utiliza suas verbas (MARINHO; JORGE NETO, 1999).

Além disso, considerando o corpo teórico do eleitor mediano, afirma-se a hipótese de que os eleitores escolherão o candidato que ofereça uma cesta de serviços e bens públicos que se assemelhe à demanda do eleitor mediano. Por esta linha teórica entende-se que, no caso da disputa por reeleição do candidato, a cesta ofertada é representada pela quantidade de gastos e o seu direcionamento durante seu mandato e, principalmente, no ano eleitoral (MENEZES; SAIANI; ZOGHBI, 2011). Desta forma, o comportamento dos eleitores é direcionado e induzido às expectativas do processo eleitoral para a vitória do candidato, o que pode garantir sua manutenção no poder.

Baseado nos relatos anteriores, este estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: *qual a influência dos fatores econômicos, demográficos e sociopolíticos no gasto público em saúde das cidades sul mato-grossenses sob a perspectiva do eleitor mediano?* Assim, tem-se como objetivo analisar a relação entre os fatores socioeconômicos, demográficos e sociopolíticos no gasto público em saúde das cidades sul mato-grossenses, dando ênfase nos anos eleitorais sob a perspectiva do eleitor mediano.

Este estudo justifica-se pelo fato de que os gastos com saúde no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme levantamento do CFM (Conselho Federal de Medicina), em 2017, alcançaram a segunda posição no *ranking* de Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, correspondendo ao valor de R\$ 1.496,13 por habitante no ano e estando 17,6% acima da média nacional. Estes valores são resultantes da soma de recursos de impostos e transferências constitucionais da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos valores de recursos próprios desses entes federativos aplicados em bens e serviços públicos de Saúde (CFM, 2018). Ademais, esta pesquisa se difere de outros estudos tal como de Sakurai (2005), Sakurai (2009), Sakurai e Menezes (2011), ao pesquisar especificamente os gastos públicos com saúde nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul em períodos eleitorais com base no teorema do eleitor mediano, com a finalidade de verificar os determinantes dos dispêndios nesses cortes temporais e analisar as influências recebidas pelos gastos públicos decorrentes de fatores sociais, sociopolíticos, socioeconômicos e demográficos.

Este estudo está estruturado inicialmente com a introdução, apresentando um panorama geral acerca dos gastos públicos e o teorema do eleitor mediano. Em seguida, o referencial teórico, que apresenta uma discussão acerca dos fatores socioeconômicos, demográficos e sociopolíticos. Além disso, contém uma breve contextualização sobre o teorema do eleitor mediano, as hipóteses e as variáveis da pesquisa. Em seguida, são destacados o Método de Pesquisa para desenvolvimento do estudo, bem como a análise e discussão dos resultados e, por fim, a conclusão.

2 Referencial Teórico

2.1 Gastos Públicos

O dispêndio do dinheiro público pelo governo se dá por meio de suas secretarias, órgãos e entidades estatais (municipal, estadual e federal), seja para aquisição de materiais de consumo, seja para contratação de mão-de-obra, pode ser definido como gasto público que, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (BRASIL, 2018), compreende o conjunto de dispêndios efetuados pelo setor público para o financiamento de políticas públicas para garantir serviços públicos em prol da população.

Os dispêndios, assim como os ingressos públicos, são categorizados em orçamentários e extraorçamentários, estes não dependem de autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) enquanto aqueles dependem de autorização legislativa na forma de dotação orçamentária para sua execução (BRASIL, 2018). Em adição, os dispêndios podem ser categorizados em despesas primárias e não primárias (ou financeiras), ou seja, conforme a sua significância e prioridade. Complementarmente, consideram-se despesas financeiras àquelas que não influenciam no resultado primário ou o endividamento líquido do governo naquele exercício. As despesas que não se enquadram no conceito das despesas financeiras são denominadas despesas primárias, que financiam a oferta de serviços públicos à sociedade (PLDO, 2015).

O estudo dos gastos públicos está associado com as políticas públicas e a sua influência na disputa eleitoral (ROCHA; GIUBERTI, 2007; QUEIROZ *et al.*, 2015; GUERRA; PAIXÃO; LEITE FILHO, 2018; ANDRETT *et al.*, 2018; PORTULHAK, RAFFAELLI; SCARPIN, 2018). Rocha e Giuberti (2007) averiguaram os gastos públicos nos estados brasileiros, no período de 1986 a 2003, quanto a relação positiva e não-linear na influência direta do crescimento nacional. Isso implica no domínio que os gastos públicos têm na

disputa política, o que demanda estudar sua intervenção na taxa de crescimento de um país, com destaque em anos eleitorais, pois o governo deveria alocar seus recursos de forma a satisfazer, no curto e longo prazo, as necessidades da sociedade, procurando se aproximar de uma composição ótima ao estabelecer políticas fiscais (OLIVEIRA; HASEGAWA; THOMAZ, 2018).

Queiroz *et al.* (2015) pesquisaram acerca da influência que os gastos públicos podem exercer no processo eleitoral, por meio de manipulação fiscal. Eles concluíram que a composição dos gastos públicos aumenta a probabilidade de reeleição do grupo político (partidos, coligação, ou por afinidade) que está à frente do governo. Na mesma linha, os resultados de Guerra, Paixão e Leite Filho (2018), evidenciaram que há uma influência do período eleitoral na evolução dos gastos públicos. Já Andrett *et al.* (2018) analisaram a eficiência dos gastos públicos com saúde em todos os estados brasileiros, no período de 2005 a 2014. As análises evidenciaram que apenas o estado do Maranhão foi eficiente com o gasto em saúde no período, e concluíram que, embora houvesse esforços financeiros empreendidos na área da saúde, o nível de eficiência dos gastos com saúde encontrou-se aquém do nível esperado.

O ano eleitoral é o período usado pelos gestores para convencer a população, de que sua agenda política executada é favorável às necessidades comuns locais e, portanto, dignas de continuação (QUEIROZ, 2018). Logo, o ano das eleições influenciaria diretamente nas quantias dedicadas a investimentos das diversas áreas de serviços estatais. Para Vicente e Nascimento (2012), os encargos monetários dedicados por cada gestor variam muito de acordo com as pretensões políticas do grupo afiliado ao gestor.

Já Portulhak, Raffaelli e Scarpin (2018) objetivaram avaliar a eficiência na utilização dos gastos públicos na área da saúde e a efetividade dos serviços prestados nos municípios brasileiros. Os resultados apontaram que não basta somente o aumento de recursos à função saúde para a melhoria dos resultados do Sistema Único de Saúde (SUS), mas necessária a realização de esforços dos administradores públicos para a aplicação mais eficiente dos recursos.

Desta forma, como as despesas públicas fazem parte da política fiscal de governo, importa saber quais os fenômenos que interferem em seu comportamento e crescimento ao longo do tempo. Contudo, a eficiência na utilização dos gastos públicos demanda estudos quanto a implementação de políticas públicas aliadas a uma boa gestão dos recursos, ensejando uma melhoria nas condições de vida da

população (BOUERI; ROCHA; RODOPOULOS, 2015). Isso é importante porque a população demanda do governo que empregue os recursos estatais da melhor forma possível e, conseqüentemente, proporcione um aumento na qualidade de vida da população, principalmente na área de saúde pública.

2.2 Fatores Socioeconômicos, Demográficos e Sociopolíticos, e os Gastos Públicos

A alocação eficiente de recursos públicos é um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Atualmente não há consenso acerca da composição ideal dos gastos públicos, devido as particularidades de cada região, como culturas locais, recursos naturais disponíveis, faixa etária populacional – determinante da capacidade consumidora e produtora de cada estado ou município – ou situação sanitária específica (NEDUZIAK; CORREIA, 2017).

Várias pesquisas investigam a relação entre gastos públicos e o crescimento econômico no cenário nacional. Esses gastos refletem a infraestrutura, o estímulo aos investimentos, aos empregos e, conseqüentemente, ao crescimento da economia. Assim, pode-se dizer que eles estão relacionados aos fatores socioeconômicos, demográficos e sociopolíticos, considerando que a partir desses fatores, o gestor decide a prioridade para disponibilização de serviços públicos à comunidade (PICCOLI; BARONCHELLO; NARDI, 2017).

Os fatores socioeconômicos vislumbram áreas econômicas, sociais, ambientais e individuais (DYE, 1966; SUDASINGHE, 2010). Nas palavras de Dye (1966), eles têm importância maior que as características do sistema político na determinação das políticas aplicadas. Dentre as pesquisas teóricas, um dos primeiros estudos é de Fabricant e Lipsey (1952) que evidenciou a relação entre fatores socioeconômicos e as despesas públicas. A contribuição decorre da relação identificada dos determinantes renda e nível de urbanização, influenciando no volume de gastos.

Da mesma maneira, fatores demográficos exercem influência para a determinação dos gastos públicos. Esta afirmação sustenta-se em autores como Borcharding e Deacon (1972), Burchell e Mukherji (2003), e Carruthers e Ulfarsson (2003), que destacam em seus resultados uma influência positiva da população nos investimentos em educação e urbanismo, como também, um efeito negativo nessas despesas por influência da densidade demográfica.

Ainda, a transição demográfica deve ser reconhecida por ser uma contração, na qual a acessibilidade aos recursos públicos é dificultada para a população, uma transição decorrente do envelhecimento populacional. Esta situação gera alterações diretas nos gastos públicos, pois, por exemplo, os idosos têm necessidades específicas a serem atendidas, bem como outro padrão de consumo de serviços (LIMA; KONRAD, 2020).

Ashworth, Geys e Heyndels (2005) concluíram que há evidências de uma relação de longo prazo da dívida pública com renda e população, enquanto ela diminui com a riqueza per capita do município. De modo análogo, Rodrigues (2010) constatou que o perfil etário da comunidade, o nível de urbanização e o indicador de pobreza são fatores significativos na explicação da distribuição do gasto público de acordo com a sua função orçamentária.

Em adição, fatores sociopolíticos, a exemplo da existência de uma eleição ou não, no exercício, também são determinantes dos dispêndios do governo (MORAIS *et al.*, 2018). Nessa linha, os autores Veiga e Veiga (2007) identificaram alterações significativas em anos eleitorais, como redução de taxas e aumento de investimentos, se comparado a outros anos, estatisticamente fundamentada por análise de 278 seções cruzadas e 23 anos de pesquisa.

Em outra pesquisa, Katsimi e Sarantides (2012) destacaram que, apesar de não encontrarem indicativos de déficits governamentais em ciclos eleitorais, observa-se efeito negativo causado pelas eleições. A queda de arrecadação nestas épocas é consequência da manipulação fiscal concentrada pouco antes do período eleitoral, bem como o aumento nos gastos no mesmo período.

2.3 Teorema do Eleitor Mediano

Introduzido inicialmente por Bowen (1943), Black (1948) e Downs (1957), o teorema do eleitor mediano, cuja elaboração é apoiada das perspectivas da Teoria da Escolha Pública (TEP), prescreve que as escolhas da sociedade relacionadas a seus representantes se alinham àqueles que ofertem um conjunto de bens e serviços públicos que mais se aproxime das expectativas do eleitor mediano, resultando em um pico único de preferências comunitárias (MORAIS *et al.*, 2018). Desta forma, os candidatos com maior probabilidade de se elegerem tendem a ser aqueles cuja cesta

ofertada de bens e serviços se aproxima mais das preferências visionadas pelo eleitor mediano (MENEZES; SAIANI; ZOGHBI, 2011).

O teorema do eleitor mediano foi um dos mais importantes desdobramentos da TEP no seu desenvolvimento inicial. No âmbito da TEP, o teorema do eleitor mediano foi de grande importância por encontrar uma solução de equilíbrio e evitar os ciclos de Condorcet, que afetaram a análise da escolha coletiva por mais de dois séculos (PEREIRA, 1997).

Um pressuposto importante do teorema, se encontra no fato de que cada cidadão restitui uma fração do custo total dos bens públicos por meio de seus tributos. Subentende-se que todo cidadão é informado dos impostos existentes em seu município (RODRIGUES, 2010). Sob tal perspectiva, as escolhas sobre a quantia de bens públicos a serem oferecidos em determinado município, consideram, a parcela do custo total que lhe será delegada sob a forma de imposto. Assim, maior quantidade de serviços públicos significa, portanto, mais impostos a serem cobrados do eleitor (RODRIGUES, 2010).

Outra importante concepção do teorema do eleitor mediano, indicado por Lledó (1996), reside na capacidade de maximizar a utilidade das decisões em democracias, tendo em vista que cada decisão é tomada com embasamento no voto majoritário, na qual cada eleitor possui uma preferência e interesse individual levando a escolha a ser dada pela opção mediana dentre os votantes. Este fato, ainda segundo Lledó (1996), expressa a preferência que os indivíduos atribuem à política fiscal implementada pelos seus governos.

Sob esta ótica, a perspectiva do gasto municipal é relevante, uma vez que é no município que as pessoas exercem sua cidadania de forma mais efetiva. Assim, nos municípios é onde encontram-se as principais possibilidades de participação e influência na decisão, quanto aos gastos do governo (BARCELOS, 2007).

De acordo com Meneses, Saiani e Zoghbi (2011), as cestas ofertadas pelos candidatos aos eleitores possuem desafios de mensuração, pois são cestas potenciais e não cumpridas. Entretanto, considerando as ocorrências de interesse em reeleição ao cargo pelos candidatos, torna-se plausível assumir que a cesta de dito candidato é analisada pelo montante e pela forma como o candidato distribui os gastos durante seu mandato.

3 Método de Pesquisa

3.1 Classificação e Amostra de Pesquisa

Esta pesquisa é classificada como descritiva, pois primeiramente seleciona-se as variáveis e na sequência procura explicá-las por meio da análise, descrição e interpretação, considerando o problema identificado (RICHARDSON, 1999). O estudo produz mais informações a respeito do assunto, delimita o tema, orienta a fixação de objetivos e delimita as hipóteses, evidenciando novos enfoques sobre o assunto para futuras investigações.

Este estudo, quanto à natureza é de caráter descritivo, no tocante aos procedimentos adotados caracteriza-se como bibliográfica e documental e referente ao problema é quantitativo. A amostra da pesquisa corresponde a todas as 79 cidades sul mato-grossenses, que juntas possuem uma população estimada de 2.809.394 habitantes, dos quais apenas quatro municípios têm população acima de cem mil habitantes. Os dez municípios mais populosos do Estado concentram cerca de 60% do total da população e 48 municípios (ou 61%) possuem menos de 20 mil habitantes (ARMÔA, 2020).

3.2 Variáveis e Hipóteses da Pesquisa

O teorema do eleitor mediano não possui capacidade de mensurar a demanda para bens públicos, mas sim para gastos públicos. Tal constatação é válida, uma vez que maiores gastos não significam gastos de maior qualidade ou quantidade aos cidadãos (RODRIGUES, 2010). Barro (2000) estabelece uma relação da importância da decisão do eleitor mediano, juntamente a tensões sociais, variação na taxa de poupança e questões no mercado, e crédito para definir delimitações entre a desigualdade e crescimento econômico. Congleton (2004) esclarece que contrariamente aos estudos teóricos que sugerem uma limitada aplicação do teorema do eleitor mediano, evidências empíricas demonstram o contrário.

De modo análogo, Holcombe (1989) constatou que o teorema do eleitor mediano é uma boa agregação da demanda no setor público para diversas questões e que provê uma boa base para a formação de uma teoria de estrutura política. A premissa de que a perspectiva de poder concorrer à reeleição aumenta os estímulos para o gestor ampliar gastos em anos eleitorais (KLEIN; SAKURAI, 2015; QUEIROZ, 2018), pode ser atribuída inclusive na possibilidade de influenciar a eleição de um partidário

ou indicado. Diante disso, as variáveis de ano eleitoral nesta pesquisa fundamentam-se na possibilidade de o gestor ter interesse de demonstrar os resultados por meio de gastos na função orçamentária de saúde.

A variável ano eleitoral municipal é atribuída nos anos em que ocorre a eleição municipal, na qual o gestor poderia ter maior interesse em demonstrar os resultados da sua gestão, alocando maior quantidade de recursos para a área de saúde em busca da sua reeleição ou de partidários. A variável ano eleitoral geral tem sua atribuição indistintamente nos anos em que foram realizadas eleições em nível de união federal e estadual, e eleições municipais, visto que os gestores de nível estadual e federal possuem os mesmos potenciais interesses de influenciar a sua escolha, por meio de recursos a ser descentralizados por convênios executados por municípios, o que também poderá ser percebido nesta análise.

Com base no exposto, apresentam-se as seguintes hipóteses:

H_{1a}: O ano eleitoral geral influencia o quantitativo do gasto em saúde.

H_{1b}: O ano eleitoral municipal influencia o quantitativo do gasto em saúde.

O ambiente tradicionalmente pode ser refletido pelas variáveis socioeconômicas de população e PIB, em variáveis de controle. A população tem demonstrado a influência da demografia nos gastos públicos, pois quanto maior a população, maiores serão os gastos, mas também uma menor variação em ciclos políticos (SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2011; KLEIN; SAKURAI, 2015; FERNANDES; FERNANDES, 2017). Em vista do exposto, formulou-se a seguinte hipótese:

H₂: O tamanho da população influencia o quantitativo do gasto em saúde.

Menos empregado, o PIB per capita revela a expressão econômica regional, que indica a soma dos bens e serviços produzidos na região em razão do quantitativo da população (FERNANDES; FERNANDES, 2017; PASCOAL; OLIVEIRA, 2019). A expansão do PIB municipal no último ano do mandato influencia no desempenho eleitoral (FERNANDES; FERNANDES, 2017). Todavia, o aumento do PIB per capita, por representar o nível de renda da população, gera além de maior qualidade de vida da população (PASCOAL; OLIVEIRA, 2019), maior tributação e, por consequência, o montante a ser gasto pelo município no custeio das funções sociais (PEREIRA; FIGUEIREDO NETO, 2018). Assim, a expectativa é que a relação entre gastos e PIB seja positiva conforme enunciado na seguinte hipótese.

H₃: O PIB per capita influencia o quantitativo do gasto em saúde.

Considera-se que a saúde é uma política pública prevista constitucionalmente, como direito de todos e dever do Estado, assegurada por intermédio de políticas sociais e econômicas de acesso universal e equitativo às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

A escolha do segmento da saúde reveste-se de relevância no desenvolvimento social, refletindo o desempenho do setor público (SANTOS; ROVER, 2019) e, conseqüentemente do gestor responsável. As variáveis descritas nas hipóteses estão detalhadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis e descrições

Variável dependente	Descrição / Operacionalização
Saúde	despesa em saúde / gasto público total de cada cidade
Variáveis independentes	Descrição / Operacionalização
Ano Eleitoral Geral	<i>Dummy</i> dos períodos com eleições nacionais e municipais
Ano Eleitoral Municipal	<i>Dummy</i> dos períodos com eleições municipais
População	População residente de cada cidade
PIB	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados foram coletados da base de dados Finanças do Brasil e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (FINBRA/SICONFI), da Secretaria do Tesouro Nacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e analisadas com emprego do software estatístico Stata, com a aplicação de modelagem de dados em painel. Foram empregados os dados dos 79 municípios em períodos anuais de 2010 a 2018, tendo como variável explicada o Gasto Público em Saúde de cada município e como determinantes os anos eleitorais, a população, e o PIB local.

As variáveis de Ano Eleitoral foram construídas de forma categórica, conhecidas como variáveis *dummies*, com a atribuição da categoria 1 para os anos eleitorais e 0 para os anos não eleitorais. Para a variável Ano Eleitoral Municipal, a categoria 1 ocorre nos anos em que ocorreu a Eleição Municipal, enquanto a variável Ano Eleitoral Geral recebe a categoria 1, de ocorrência, indistintamente nos anos em que foram realizadas eleições federal, estadual e municipal.

A partir do objetivo da pesquisa, propõe-se um modelo de regressão múltipla com dados em painel em que o montante do gasto em saúde é explicado pelas demais variáveis, anos eleitorais, população, e PIB, estes últimos pelo seu logaritmo neperiano, mensurados inicialmente pela seguinte formulação estatística:

$$\text{LogGastoSaude}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{dyanoe}_{it} + \beta_2 \text{dyanoeM}_{it} + \beta_3 \text{Logpopulação}_{it} + \beta_4 \text{LogPIB}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Sendo:

LogGastoSaude: Logaritmo do gasto em saúde

Dyanoe: Ano Eleitoral Geral

dyanoeM: Ano Eleitoral Municipal

Logpopulação: Logaritmo do quantitativo Populacional

LogPIB: Logaritmo do valor do PIB *per capita*

A análise de dados cujo corte transversal é acompanhado ao longo do tempo, ou seja, uma dimensão espacial e outra temporal, recebe recomendação para análise com modelos de dados em painel (GUJARATI, 2006). Entre as vantagens do tipo de análise de dados em painel, está a detecção e medição de efeitos mais eficientes do que um corte transversal ou de séries temporais puras (BALTAGI, 2011).

4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Análise Descritiva

A análise descritiva dos dados permite identificar as características da amostra conforme apresenta-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Análise Descritiva

Variável	Termo	Obs.	Média	Desv. Padr.	Min.	Max.
Saúde	Saúde	687	28.335.613,66	109.867.087,79	0,00	1.268.743.005,96
Ano Eleitoral Geral	dyanoe	711	0,56	0,50	0	1
Ano Eleitoral Municipal	dyanoeM	711	0,22	0,42	0	1
População	População	691	33.203	96.332	2.928	863.982
PIB	PIB	708	28.939,22	28.892,47	5.993,15	306.138,60

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos resultados descritivos, percebe-se a elevada variabilidade dos gastos em saúde, pelo desvio padrão elevado, bem como valor mínimo igual a zero, que pode ser decorrente de dados omitidos ou pela variabilidade populacional dos municípios. Neste último caso, municípios menores tem um custo/despesa menor na área da saúde. Embora essa informação seja a que consta na base, é improvável que não tenha ocorrido gastos numa categoria fundamental.

As *dummies* categóricas ocorrem em cinco períodos eleitorais gerais (federal e estadual), entre 2010 e 2018 (2010, 2012, 2014, 2016 e 2018), e duas eleições municipais (2012 e 2016). O valor mínimo zero indica os anos em que não ocorreram eleições, e o valor 1 representa os anos em que ocorreram, nas condições propostas de cada variável. Para padronização das variáveis numéricas de elevada escala, optou-se pela logaritmização das variáveis de gasto em saúde, população e PIB, assim as variações ficam mais próximas da escala das variáveis *dummies*.

A variável população evidencia a variabilidade da quantidade de habitantes em cada município, desde cidades com 2.928 habitantes, até a capital do Estado, com 863.982, entre os diversos recortes temporais. Ainda assim, a média de 33 mil habitantes com desvio de 96 mil habitantes sinaliza que predominam pequenos municípios no Estado. Apenas quatro cidades ultrapassam 100 mil habitantes, enquanto 48 municípios (ou 61%) possuem menos de 20 mil habitantes.

A percepção econômica regional pode ser observada a partir da variável PIB per capita, que indica a soma dos bens e serviços produzidos na região em razão do quantitativo da população (PASCOAL; OLIVEIRA, 2019). Identifica-se extremos bastante discrepantes, sendo que o menor representa aproximadamente 20% da média, enquanto o maior produz dez vezes mais do que a média da produção de bens e serviços, por pessoa.

4.2 Correlação e Regressão

Na sequência, procedeu-se a análise de correlação das variáveis explicativas, no intuito de entender melhor suas possíveis correlações e intensidades. Conforme Tabela 2, evidencia-se correlação baixa entre as variáveis indicando a improvável relação linear entre essas variáveis (FÁVERO; BELFIORE, 2014).

Tabela 2 - Análise de Correlação

Variáveis	dyanoe	dyanoeM	LogPopulação	LogPIB
dyanoe	1,0000			
dyanoeM	0,4781	1,0000		
LogPopulação	0,0023	0,0025	1,0000	
LogPIB	0,0027	0,0529	0,0343	1,0000

Fonte: Dados da pesquisa.

A correlação entre as variáveis explicativas (variáveis de ano eleitoral, população e PIB) evidencia possibilidade de problemas de multicolinearidade entre população e saúde – que é a dependente (FÁVERO; BELFIORE, 2014). No entanto, a estatística VIF (*Variance Inflation Factor*) de 1,16 sobre a possibilidade de multicolinearidade não foi confirmada, sendo que a maior apresentou valor de 1,32 (dyanoem e dyanoe), ou seja, inferior a 5,00, denotando corresponder à premissa de não existência da autocorrelação dos resíduos que faria com que os coeficientes fossem viesados (GUJARATI, 2006).

Outra premissa que foi avaliada é a da homocedasticidade dos resíduos, a qual pressupõe que os indivíduos possuem variância constante, verificado pelo teste Breusch-Pagan, rejeitada na amostra ($\text{Chi}^2 = 104,15$ $p < 0,01$). A ocorrência da heterocedasticidade estabelece que os parâmetros estimados estejam enviesados, sendo que alternativa é a regressão com erro-padrão robusto cuja estimação resulta em estimadores não enviesados (FÁVERO; BELFIORE, 2014).

A premissa da normalidade, a partir dos resultados dos testes Shapiro-Francia e Doornik-Hansen, permitem a rejeição da hipótese de que os resíduos são normalmente distribuídos (SF $z=6,896$, $p < 0,01$; DH $64,038$ $p < 0,01$). Todavia, embora a normalidade seja desejada, em amostras de tamanhos suficientemente grandes, a suposição de normalidade seria irrelevante.

O modelo de regressão foi aplicado com dados em painel que assume dados de várias *cross-sections* ao longo do tempo para o estudo dos gastos em saúde sob influência das diferenças entre os municípios e da própria evolução temporal (FÁVERO; BELFIORE, 2014). A utilização de dados agregados resulta em séries mais suaves, com aumento na variabilidade dos dados, o que colabora para a redução de uma eventual colinearidade entre as variáveis (FÁVERO; BELFIORE, 2014).

O painel contou com os 79 municípios em 8 períodos, fortemente balanceado. Para seleção do modelo com efeitos mais ajustados, empregou-se os testes Breusch-Pagan (842,53, $p < 0,01$), e F de Chow (18,92, $p < 0,01$), cujos resultados permitiram rejeitar o modelo POLS, enquanto os resultados do teste de Hausman (36,53, $p < 0,01$) permitiram rejeitar o modelo de efeitos aleatórios. Diante disso, o modelo de regressão de dados em painel selecionado foi o de Efeitos Fixos Robusto, a fim de mitigar problemas de heterocedasticidade.

A regressão foi desenvolvida em duas etapas. A primeira contendo todas as variáveis propostas e na segunda somente aquelas que se mostraram significantes no

primeiro modelo. Os resultados da regressão indicam que o modelo final explica 90,92% (*between*) do comportamento dos gastos com saúde nos municípios, obtendo como variáveis significantes no modelo os anos eleitorais, o tamanho da população, e o PIB per capita, conforme outputs da Tabela 3.

Tabela 3 - Outputs da Regressão

Determinantes	Coefficiente	Std. Err. Rob	P> t
<i>dyanoe</i>	.0302	.0061	.000
<i>dyanoeM</i>	.0712	.0090	.000
LogPopulação	3.507	.8545	.000
LogPIB	.5221	.1160	.000

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse modelo demonstraram-se significativas as variáveis representativas do ano eleitoral geral (União, Estados e Municípios), da eleição municipal, da população e do PIB per capita.

As variáveis representativas dos anos eleitorais (*dyanoe*) e dos anos eleitorais municipais (*dyanoeM*) demonstraram-se significativas na amostra. Desse modo, além do aumento de gastos em anos eleitorais, nas eleições municipais destacam-se ainda mais. Fato comprovado por *dyanoe* é que, nos anos eleitorais, os gastos com saúde são maiores do que nos anos em que não há eleição, cuja influência econômica pode decorrer da descentralização dos limites financeiros entre os entes nacionais, estaduais e municipais.

Esses achados corroboram os enunciados do teorema do eleitor mediano, pois os candidatos com maior probabilidade de se reelegerem são aqueles que ofertam bens e serviços da preferência do cidadão, e num contexto de problemas sociais, a oferta de maior quantidade de serviços de saúde é apreciada pelo eleitor. Isso é condizente com os resultados do estudo de Menezes, Saiani e Zoghbi (2011), que validaram o Modelo do Eleitor Mediano, pois a depender do tipo de oferta mediana demandada, há um impacto positivo sobre a reeleição do candidato.

O quantitativo populacional também se mostrou significativo no modelo para explicar o gasto em saúde. Descritivamente, no ano 2018, foi gasto em média R\$ 1.130,18 por habitante. Os resultados corroboram achados anteriores (FERNANDES; FERNANDES, 2017; PASCOAL; OLIVEIRA, 2019), conforme esperado, de que maior quantitativo populacional demanda maior custo.

A variável PIB também demonstrou significância para explicar o gasto em saúde (SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2011; KLEIN; SAKURAI, 2015; FERNANDES; FERNANDES, 2017; PASCOAL; OLIVEIRA, 2019), ou seja, municípios que produzem maior volume de bens e serviços, gastam mais com a saúde dos munícipes. Isso denota a influência da arrecadação e gestão dos meios produtivos locais, que resultam em maior quantidade de tributos arrecadados. Com maior disponibilidade de caixa, os governos municipais possuem maior capacidade para custear a saúde, e conforme demonstrado, foi confirmado empiricamente.

Esses resultados refletem, portanto, as condições dos fatores econômicos, demográficos e sociopolíticos no gasto público em saúde das cidades Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste, no período de 2010 a 2018. No entanto, é válido ressaltar que o estado é composto por 79 municípios, cuja maioria são tidos como de pequeno e médio porte quanto ao critério populacional. Isso impossibilita a generalização dos achados, considerando não ser uma amostra com iguais quantidades de dados de municípios pequenos (menos de 25 mil habitantes), municípios médios (de 25 a 100 mil habitantes) e municípios de grande porte (mais de 100 mil habitantes).

5 Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre os fatores econômicos, demográficos e sociopolíticos no gasto público em saúde das cidades sul mato-grossenses no período 2010-2018. O gasto público em saúde costuma ser uma das maiores funções das despesas orçamentárias além de ter elevada repercussão no bem-estar social. Sua relação com seus determinantes pode indicar os motivos que conduzem o gestor a dispendir esforços na solução dos problemas sociais. No presente caso, os dados foram analisados identificando como determinantes estatisticamente significantes o ano eleitoral geral e municipal, a população e o PIB para explicar os gastos em saúde.

Esta pesquisa corrobora resultados de estudos anteriores (ROCHA; GIUBERTI, 2007; QUEIROZ *et al.*, 2015; GUERRA; PAIXÃO; LEITE FILHO, 2018; ANDRETT *et al.*, 2018; PORTULHAK, RAFFAELLI; SCARPIN, 2018) que indicam que o pleito eleitoral é um dos motivos que influenciam o aumento de gastos no último ano do mandato, independentemente de ser município, estado ou união. Os anos eleitorais foram

estatisticamente significativos considerando as eleições municipais e nacionais/estaduais, enquanto demonstrou-se destaque ainda maior, pois a variável do ano eleitoral municipal também foi significativa.

Isto pode reforçar a dependência de recursos de entes superiores, no caso, principalmente federal por meio de repasses, o que implica numa inclusão orçamentária local, bem como corrobora a aplicabilidade do teorema do eleitor mediano, de que, para alcançar a preferência do eleitor, os candidatos aumentam a oferta de serviços (MENEZES; SAIANI; ZOGHBI, 2011).

O quantitativo populacional foi uma variável que se mostrou positiva e significativa no modelo, o que implica dizer que quanto maior a população, maior é o gasto em saúde (SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2011; KLEIN; SAKURAI, 2015; FERNANDES; FERNANDES, 2017). Esse determinante evidencia-se racionalmente positivo, haja vista que maior quantidade de indivíduos demanda maior custo. Por sua vez, a variável PIB também demonstrou significância denotando que o desenvolvimento local é importante para melhorar a capacidade de investimento do município, inclusive no gasto em saúde.

A constatação de que o ano eleitoral influencia a dimensão dos gastos em saúde de forma positiva denota um relativo gerenciamento de gastos, o que em ano eleitoral evidencia implicitamente o interesse em demonstrar ao eleitor o esforço do gestor em prol da saúde da população. Entretanto picos de gastos em saúde denotam ausência de investimentos nos anos não eleitorais e, portanto, questionável nas dimensões de ética e improbidade.

Para equilibrar os gastos públicos em saúde durante os quatro anos de governo, o gestor poderia seguir as prioridades e equacionar as metas da política pública em saúde previstas no plano plurianual, aliadas ao esforço em otimizar a execução da LOA e a eficiência no emprego desses recursos. A definição clara dessas prioridades e metas a serem atingidas a cada ano na área de saúde, pode contribuir para um melhor controle social por parte dos cidadãos e órgãos de controle, mitigando interesses eleitorais.

Essa pesquisa apresentou algumas limitações no decorrer de sua consecução. A primeira concerne a área de abrangência sul-mato-grossense e, desta forma, as evidências podem não representar a realidade de municípios de outras regiões brasileiras. Outro fato limitador é o período objeto do estudo, ou seja, concentrado no

período eleitoral de 2010 a 2018, que por sua vez não permite afirmar que os resultados serão os mesmos em períodos eleitorais anteriores.

Assim sendo, futuros estudos poderão considerar a inclusão e análise de variáveis do setor de saúde, como variáveis representativas da saúde básica da comunidade, o que possibilitaria uma investigação mais detalhada e intrínseca à área da saúde. Por fim, recomenda-se realizar uma busca de evidências da gestão pública a partir da diferença entre o gasto real e o predito pela equação estatística, o erro, que poderá evidenciar eficiências e desperdícios.

Referências

ANDRETT, M.; LUNKES, R. J.; ROSA, F. S.; BRIZOLLA, M. M. B. Eficiência dos gastos públicos em saúde no Brasil: estudo sobre o desempenho de estados brasileiros. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 7, n. 2, p. 114-128, 2018.

ARMÔA, M. **MS deve chegar a 2,809 milhões habitantes em 2020 com crescimento acima da média do país**. Semagro, 2020. Disponível em: <<https://www.semagro.ms.gov.br/ms-tem-estimativa-de-crescimento-de-30-mil-habitantes-em-2020-e-indice-acima-da-media-nacional/>> Acesso em: 16 de jan. de 2021.

ASHWORTH, J.; GEYS, B.; HEYNDELS, B. Government weakness and local public debt development in Flemish municipalities. **International Tax and Public Finance**, v. 12, n. 4, p. 395-422, 2005.

BALTAGI, B. H. **Econometric analysis of panel data**. 2. ed. Hoboken, New Jersey: Wiley, 2011.

BARCELOS, C. L. K. **Determinantes da despesa pública local**: um estudo empírico dos municípios brasileiros à luz do teorema do eleitor mediano. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPA/UFPE/UFRN, Brasília, 2007.

BARRO, R. J. Inequality and Growth in a Panel of Countries. **Journal of Economic Growth**, v. 5, n. 1, p. 5-32, 2000.

BLACK, D. On the rationale of group decision-making. **Journal of Political Economy**, v. 56, n. 1, p. 23-34, 1948.

BORCHERDING, T. E.; DEACON, R. T. The demand for the services of non-federal governments. **The American Economic Review**, v. 62, n. 5, p. 891-901, 1972.

BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. (Ed.). **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Brasília, Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2015.

BOWEN, H. R. The interpretation of voting in the allocation of economic resources. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 58, n. 1, p. 27-48, 1943.

BRASIL. **Altera a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Governo Federal, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13192.htm. Acesso em 20 de jan. 2021.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federal do Brasil**: Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

BRASIL. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP**. 8. edição. Secretaria do Tesouro Nacional. 2018. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/20122018_CPU_MCASP_8_ed_-_publicacao_com_capa_2vs.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2021.

BURCHELL, R. W.; MUKHERJI, S. Conventional development versus managed growth: the costs of sprawl. **American Journal of Public Health**, v. 93, n. 9, p. 1534-1540, 2003.

CFM. **Conselho Federal de Medicina**. 2018.

CARRUTHERS, J. I.; ULFARSSON, G. F. Urban sprawl and the cost of public services. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 30, n. 4, p. 503-522, 2003.

CONGLETON, R. D. **The Median Voter Model**. In *The Encyclopedia of Public Choice*, editado por Charles K. Rowley e Friedrich Schneider, 382-387. Boston, MA: Kluwer Academic Publishers, 2004.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

DYE, T. R. **Politics, economics, and the public**: Policy outcomes in the American states. Chicago: Rand McNally, 1966.

FABRICANT, S.; LIPSEY, R. E. **Front matter, The Trend of Government Activity in the United States since 1900**. In *The Trend of Government Activity in the United States Since 1900* (pp. 22-0). NBER, 1952.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Métodos Quantitativos com Stata**: Procedimentos, Rotinas e Análise de Resultados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FERNANDES, I. F. A. L.; FERNANDES, G. A. A. L. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 653-688, 2017.

GUERRA, D.; PAIXÃO, A. N.; LEITE FILHO, P. A. M. Os Ciclos Político-Econômicos e os Gastos dos Estados no Brasil: 1995-2013. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 61, n. 3, p. 695-734, 2018.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: campus. 2006.

HOLCOMBE, R. G. The median voter model in public choice theory. **Public Choice**, v. 61, n. 2, p. 115-125, 1989.

KATSIMI, M.; SARANTIDES, V. Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies? **Public Choice**, v. 151, n. 1-2, p. 325-362, 2012.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21-36, 2015.

LIMA, A. V.; KONRAD, J. A transição demográfica no Brasil e o impacto na previdência social. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 2, p.3-12, 2020.

LLEDÓ, V. D. **Distribuição de renda, crescimento endógeno e política fiscal**: uma análise cross-section para os estados brasileiros. Brasília: Ipea, 1996. (Texto para Discussão, n. 441). Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1936/1/td_0441.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2021.

MARINHO, E.; JORGE NETO, P. M. Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 3, p. 139-160, 1999.

MENEZES, R. T.; SAIANI, C. C. S.; ZOGHBI, A. C. P. Demanda mediana por serviços públicos e desempenho eleitoral: evidências do modelo do eleitor mediano para os municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, v. 41, n. 1, p. 25-57, 2011.

MORAIS, L. M. F.; LIRA, T.; DINIZ, J. A.; QUEIROZ, D. B. Determinantes dos gastos públicos dos municípios brasileiros. In **Anais ... XVIII Congresso USP de Controladoria e Finanças**, 2018. Disponível em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18Usplnternational/ArtigosDownload/934.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2021

NEDUZIAK, L. C. R.; CORREIA, F. M. Alocação dos gastos públicos e crescimento econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 616-632, 2017.

OLIVEIRA, A. S. A.; HASEGAWA, M. M.; THOMAZ, R. A. Gastos públicos e crescimento econômico: uma análise para os municípios paranaenses. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 12, n. 4, p. 397-416, 2018.

PASCOAL, M. N. O.; OLIVEIRA, O. V. de. Práticas de Governança Pública Adotadas pela Administração Pública Federal Brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 215-231, 2019.

PEREIRA, P. T. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal. **Análise Social**, v. 32, n. 141, p. 419-442, 1997.

PEREIRA, P. V.; FIGUEIREDO NETO, L. F. Variáveis socioeconômicas e gastos públicos ambientais dos municípios brasileiros: uma análise no período de 2005-2015. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 11, n. 2, p. 826-842, 2018.

PICCOLI, M. R.; BARONCHELLO, D.; NARDI, J. A Importância do gasto público no crescimento econômico municipal. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 16, n. 32, p. 86-102, 2017.

PORTULHAK, H.; RAFFAELLI, S. C. D.; SCARPIN, J. E. A Eficiência da Aplicação de Recursos Voltada à Saúde. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 1, p. 21-39, 2018.

QUEIROZ, D. B. *et al.* Composição do Gasto Público e Resultados Eleitorais: Um Estudo nos Municípios Paraibanos no Ano de 2012. **Registro Contábil**, v. 6, n. 3, p. 38-55, 2015.

QUEIROZ, D. B. Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 8, n. 3, p. 68-77, 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Economia Aplicada**, v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.

RODRIGUES, C. G. **Determinantes da composição do gasto público nos estados brasileiros**. 63f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Programa de Pós-graduação em Economia do Setor Público da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 297-315, 2005.

SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. **Public Choice**, v. 148, n. 1-2, p. 233-247, 2011.

SANTOS, R.; ROVER, S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 53, n. 4, 2019.

SUDASINGHE, S. R. S. N. **An analysis of local government expenditures: reconciling socioeconomic, political and governmental perspectives**. (Doctor Dissertation). Doctor of Philosophy (Development Administration) School of Public Administration National Institute of Development Administration, 2010.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007.

VICENTE, E. F. R.; NASCIMENTO, L. S. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.